



INDÍCIOS DOS CONFLITOS AGRÁRIOS EM GOVERNADOR VALADARES/MG NO ROMANCE *NAS TERRAS DO RIO SEM DONO*

Michelle Nunes de **MORAIS**¹

Resumo: Neste artigo utilizamos a obra literária *Nas Terras do Rio Sem Dono* para testarmos a possibilidade do trabalho interdisciplinar entre História e Literatura. Iremos instrumentalizar o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, objetivando com este testar as possibilidades do trabalho com a literatura pelo historiador. O trabalho mostrou-se eficaz para a reconstrução dos conflitos agrários no Vale do Rio Doce. Consideramos válido o trabalho interdisciplinar entre as duas áreas, assim como o método indiciário mostrou-se um bom instrumental para o mesmo.

Palavras-chave: História e Literatura, interdisciplinaridade, paradigma indiciário, sindicato dos trabalhadores rural.

Apresentação

132

Nossa proposta neste artigo é analisar a validade do paradigma indiciário, de Carlo Ginzburg, para trabalhar literatura e história. Neste caso específico estamos buscando indícios dos conflitos agrários em Governador Valadares, no período compreendido de 1955-1964, em um romance, escrito por um dos envolvidos direto nos acontecimentos locais. O método indiciário, utilizado neste trabalho, contribui para localização de fontes e para melhor compreensão dos acontecimentos, pois a partir do indiciarismo tivemos a oportunidade aprofundar na análise dos dados marginais e recompor os espaços em branco da narrativa da história da cidade.

Considerações acerca do indiciarismo e a análise literária

O paradigma indiciário é um método “interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 150). Neste método os dados marginais são *reveladores* por possibilitarem ao pesquisador a identificação de elementos residuais não observáveis à primeira vista.. A base deste

¹ Licenciada em História e Mestranda em História Social pelo PPGHIS/UnB



método é a semiótica médica; “a disciplina que permite diagnosticar as doenças inacessíveis à observação direta na base de sintomas superficiais, às vezes irrelevantes aos olhos do leigo [...]” (idem, p. 150).

Trabalhando com a perspectiva deste método, o historiador deve buscar os indícios/vestígios – pistas, sintomas ou sinais – que comprove ou refute sua ideia inicial. Segundo Paul Ricoeur (2010, p. 204) “Dizer que ela [a história] é um conhecimento por vestígio é recorrer, em última instância, à significância de um passado terminado que, no entanto, continua preservado em seus sinais.” O Historiador está em buscas de provas do passado, sendo os documentos os vestígios “mais preciosos” para a investigação (RICOEUR, 2010, p. 199-200), para isso é necessário ao pesquisador interrogá-los corretamente.

Portanto se nem a revolução documentária, nem a crítica ideológica do documento/monumento afetam, em sua essência, a função que o documento tem de informar sobre o passado e ampliar a base da memória coletiva, a fonte de autoridade do documento, como instrumento dessa memória é a *significância* vinculada ao vestígio. (RICOEUR, 2010, p. 202. Grifos do autor).

É o recurso da prova que move o trabalho do historiador na reconstrução do passado, através da consulta aos arquivos, das perguntas formuladas pelo pesquisador, do estado de conservação das fontes e até das “implicações ideológicas”. Ele “tem uma dívida com o passado, uma dívida com o reconhecimento para com os mortos, que faz dele um devedor insolvente” (RICOEUR, 2010, p. 237).

A literatura é lócus privilegiado de *significação* do passado, na medida em que possibilita o acesso à memória e as representações que não podem ser acessadas por outras fontes (CARVALHO, 2010, p. 4). Para Sandra Pesavento

a literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. [...] A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica. *Por vezes, a coerência de sentido que o texto literário apresenta é o suporte necessário para que o olhar do historiador se oriente para outras tantas fontes e nelas consiga enxergar aquilo que ainda não viu.* (PESAVENTO, 2006, [grifos nosso]).

A literatura fornece pistas que colaboram com o trabalho de investigação e com a compressão do passado que se pretende assimilar (SANTOS, 2009). Por isso:



O uso da literatura nesta proposta de trabalho exige que ela seja pensada inserida numa sociedade concreta (sic), sem perder a relação texto-contexto; desta forma será possível relativizar a importância dos suportes materiais que tenham estes textos [...] bem como os diferentes grupos sociais aos quais eles foram direcionados. (GUAZZELLI, 2010).

Segundo Paul Ricoeur (2010) “a narrativa de ficção imita de certo modo a narrativa histórica”, pois ambas trabalham com o passado, ou seja, tanto a narrativa ficcional quanto a histórica, “são contadas em um tempo passado” (p. 323). O que diferencia o trabalho do historiador do trabalho do escritor de literatura de ficção é o recurso da *prova documental*, pois é o documento que “marca uma linha divisória entre história e ficção” (idem, p. 237). Sendo assim, a utilização da literatura, como fonte, possibilita ao historiador “encontrar prováveis respostas do por que da existência de diferentes representações que indivíduos ou seus grupos faziam” da sociedade (SANTOS, 2009).

Segundo André Mendes Capraro (2011) o historiador ao trabalhar com obra literária “deve compreender o autor/obra em um contexto social específico [...]”, sendo necessário observar:

1 – as condições de produção, ou seja: quem é o autor? Quais as relações internas no conjunto da obra? Quais as intenções do sujeito ao escrever o texto? 2 – a negação da “transcendência” da obra, sob a alegação de que qualquer fonte escrita, por mais técnica que seja – como um atestado médico, um relatório escolar, um jornal, um documento governamental – também guarda determinada subjetividade [...]. (CAPRARO, 2011).

Antônio Cândido (1967) considera que “a literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre” (p. 23). Para o autor a construção literária “depende de fatores do meio”, sendo necessário ao pesquisador “investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais” (idem, p. 25).

O romance *Nas Terras do Rio Sem dono* foi escrito por Carlos Olavo da Cunha Pereira durante o exílio, na Bolívia, nos tempos da Ditadura Militar. A obra relata o período em que o autor era Diretor do Jornal *O Combate* na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. O autor vivenciou o dia a dia dos conflitos entre os proprietários locais e o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, no período que antecedeu o Golpe Civil/Militar de 1964.



O autor

A tarefa do pesquisador “é investigar as influências concretas exercidas pelos fatores socioculturais [à construção literária]. Estes fatores ligam-se à estrutura social (que define a posição social do artista), aos valores e ideologias (que definem a forma e o conteúdo da obra) [...]” (CORONEL, 2008, p. 5). Por conseguinte, Capraro (2011) analisa que “o envolvimento/distanciamento e a integração/diferenciação” definem se o autor deixará presentes no texto “as condições e problemas sociais” de determinado contexto social.

Carlos Olavo da Cunha Pereira é de uma família de políticos, o pai e o irmão foram deputados federais por Minas Gerais pelo partido UDN, a mãe era líder desse partido e o avô foi senador do mesmo. Na década de 1940 ele ingressou nos quadros do PCB e passou a trabalhar como jornalista, “se revelando comprometido com as lutas sociais e as políticas de esquerda” (FELIPE-SILVA, et. al., 2010). No decorrer da década de 1950, quando trabalhava para o jornal *O Povo* foi enviado para a cidade de Governador Valadares para cobrir os despejos de posseiros “que eram os mais violentos. Os mais cruéis feitos em Minas Gerais” (PEREIRA in: FELIPE-SILVA, et. al. 2010). Ele Chegou a Governador Valadares em 24 de agosto de 1954, “no dia do suicídio de Getúlio [Vargas]”.

[...] Eu fui ver um despejo [...] na beirada da Rio-Bahia [rodovia federal BR 116], de poeira ainda, terra, sabe? Era menino, colchão, galinha, cachorro, penico, cadeira, mulher... incrível! Caminhão passava e aquilo cobria de pó. Mais de 200 famílias. (PEREIRA apud FELIPE-SILVA, et. al. 2010).

Até 1957 Carlo Olavo trabalhou para o Jornal *O Povo* cobrindo os diversos assuntos referentes à cidade: despejos de posseiros, assassinatos por encomenda, etc.. Neste ano o jornal faliu, mas ele continuou na cidade e com amigos fundou o jornal *O Saci*. O jornal passou a ser o veículo de denúncia “da luta pela terra, a violência policial, o assassinato de posseiros e lavradores, a exploração dos trabalhadores urbanos, os despejos de 'sem terra' sem amparo legal, as prisões arbitrárias e tortura de trabalhadores, o coronelismo e a corrupção política” (FELIPE-SILVA, et. al., 2010). Em 1958 o jornal passou a se chamar *O Combate* e as matérias veiculadas irritavam os fazendeiros locais (BORGES, 1991, p. 182 e FELIPE-SILVA, et. al., 2010), por isso os repórteres eram constantemente ameaçados. Em contrapartida os proprietários locais



fundaram o jornal *Diário do Rio Doce*, em 30 de março de 1958, para se defenderem das matérias *caluniosas* imputadas pelo jornal *comunista* (FELIPE-SILVA, et. al., 2010).

Em 1963, Carlos Olavo juntamente com *seu* João da banca, membro do PCB, *seu* Raimundo, membro do sindicato dos miqueiros (Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Mica) e Dr. Plínio Mendes Martins, advogado e também, membro do PCB, fundaram o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares (BORGES, 1991, p. 192).

Embora Carlos Olavo fosse importante membro do PCB na região, a atuação do mesmo junto aos posseiros que vinham sendo expropriados no decorrer da década de 1950 foi de forma mais individual. O PCB somente voltou sua orientação para os Conflitos Agrários do Vale do Rio Doce na década de 1960, até então a atuação do Partido era voltado para os Trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce e carvoeiros da Siderúrgica Belgo Mineira (Entrevista Carlos Olavo, 14/12/2011).

A obra

136

A literatura constitui uma espécie de consciência social do contexto no qual se origina e com o qual mantém intensas e complexas ligações, que serão únicas em cada obra e constituirão a feição particular de todas elas (CORONEL, 2008, p. 2).

A obra *Nas Terras do Rio Sem Dono* é um romance histórico, inserido dentro do conceito de literatura de fronteira, pois é uma narrativa com “pretensão a verdade [...] situadas exatamente nos limites entre a ficção e a realidade” (CAPRARO, 2011). A *literatura de fronteira*, embora não tenha a rigidez da escrita acadêmica, é lócus privilegiado para a análise historiográfica por assumir um compromisso com o relato da realidade sócio histórica. São exemplos, de *Literatura de fronteira*, o romance histórico, o ensaio de cunho sociológico e a crônica (idem).

O romance histórico [...] evidentemente, não é uma simples narração dos acontecimentos históricos, também de forma nítida não é uma mera ficção. Trata-se de uma obra amarrada à realidade, seja por um determinado contexto, personagem ou temporalidade. (CAPRARO, 2011).

Sendo assim, fazemos uma leitura com Frederic Jameson (2007) de que “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interseção de ambos” (p. 192). *Nas Terras do Rio Sem Dono* não narra



somente a experiência individual do autor, nem é somente uma compilação de dados históricos, mas um relato dos acontecimentos sociais, que tiveram seu desenrolar no interior de Minas Gerais, que antecederam o Golpe Civil/Militar de 1964.

O livro foi lançado em 1980, após o retorno de Carlos Olavo da Cunha Pereira do exílio, e teve grande aceitação do público, ficando entre os 10 mais vendidos entre 1980-1981. O livro foi resenhado por jornais de grande circulação nacional, tais como Folha de São Paulo (25/03/1980, 29/06/1980) Estado de Minas (12/06/1980) e pelos Jornais: Diário do Rio Doce, Diário do Aço e Jornal da Casa (Diversas edições da década de 1980). Teve 3 edições, a primeira pela editora Vega (1980), a segunda pela editora Pasquim/Codecri (1988) e a terceira pela editora Record (1992?). A obra “foi Transformada na ‘Ópera do Sem Terra’ pelo compositor uruguaio Jorge Trindade, que lançou a ópera em vídeo” (ESTADO DE MINAS, 09/01/?) e já em 1980 e 1981 foi adotado pelos cursos básicos da FAFICH/UFMG e Universidade Católica de Minas Gerais.

O autor teve claras pretensões de levar ao conhecimento, do público leitor, seu *envolvimento e integração* nos eventos narrados no livro (CAPRARO, 2011). Na última frase do livro ele deixa claro que “aqui chega ao fim o nosso testemunho. Fica e continua o do povo. E a memória do povo é do tamanho do mundo” (PEREIRA, 1980, p. 177). Segundo Dr. Edgar da Mata-Machado (In: PEREIRA, 1980), ex-secretário do Trabalho de Minas Gerais, testemunha dos conflitos em Governador Valadares e prefaciador da obra, “Nas terras do Rio Sem Dono” é um “depoimento-denúncia com sabor de romance” (p. V).

137

Representação da luta pela terra em *Nas Terras do Rio Sem Dono*

O livro foi escrito em três partes. A primeira parte relata a chegada dos primeiros posseiros ao Vale do Rio Doce; a segunda parte relata os primeiros conflitos e as grilagens e, por fim, na terceira parte relata a organização do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares e a contra reação dos proprietários de terra.

Primeira parte: Os homens e a terra



Esta parte foi escrita em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *O homem* (p. 03-07), relata a chegada dos primeiros posseiros, “toda uma legião de escorraçados do latifúndio e de tangidos pela seca do *Nordeste* dramático” (PEREIRA, 1980, p. 3, [grifos nosso]).

A cidade de Governador Valadares situa-se na região do no Vale do Rio Doce: “sua bacia enorme forma a Região do Rio Doce, envolvendo terras de dois estados, com uma vasta zona chamada Contestado, devido o litígio de Minas e Espírito Santo pela sua posse” (PEREIRA, 1980, p. 9). Esta região compreende a terceira fase de ocupação dos Sertões do Vale do Rio Doce, impulsionada pela construção da ferrovia Vitória-Minas, nos fins dos anos 1890. Até o início do século XX era um pequeno povoado e escoadouro de mercadorias, que abastecia a região com produtos industrializados e comercializava o excedente produzido na mesma, através do Arraial Porto Dom Manuel – nome oficial do arraial, que desde o início ficou conhecido como Figueira do Rio Doce. Por volta de 1903, os trilhos, da ferrovia, aproximaram-se do povoado de Figueira, atual Governador Valadares. A construção da ferrovia desencadeou a ocupação da região, assim como possibilitou o desenvolvimento do comércio. Para a região migraram diversos comerciantes, que compravam a produção agropecuária e exportavam para Vitória pelo *trem* (locomotivas da Cia. Estrada de Ferro Vitória - Minas), e de lá para o Rio de Janeiro e para fora do país. Os proprietários da região do Médio Rio Doce (Santo Antônio do Porto, Coroaci, Brejaubinha, entre outras) convergiam para Figueira a fim de vender a produção aos comerciantes (BORGES, 1991, p. 176-177; SIMAN, 2008 e VILARINO, 2008, p. 19-20).

A região teve intensa entrada de nordestinos. Os nordestinos eram enviados para Vitória em navios gaiola e de lá embarcavam na *composição* (vagões do trem) para a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, muitos desses fugidos da seca que castigou o Nordeste no final do século XIX até inícios do século XX (BORGES, 1991, p. 176 e SIMAN, 2008). No decorrer dos anos a região continuou com intensa entrada de imigrantes – pessoas vindas, sobretudo do Nordeste, “dizem os antigos da região que aqueles que a febre amarela não levou, a terra fértil e valiosa [...] abrigou, nem sempre de forma acolhedora.” (BORGES, 1991, p. 177).

O autor narra à entrada de imigrantes a partir da década de 1940, quando da abertura da rodovia Rio Bahia (BR-116). A construção da Rodovia iniciou em 1936, mas, somente se efetivou em 1942, com a assinatura dos acordos de Washington para o



apoio de guerra. A abertura da rodovia possibilitou a introdução da pecuária de invernada e conseqüentemente levou a expulsão dos posseiros de suas glebas originárias. “A abertura da Rio-Bahia passou a ocupar lugar prioritário. Os trabalhos forma atacados com ímpeto. Sobre o rio Doce foi lançada a maior ponte da rodovia. O tráfego se intensificava, mesmo por entre as maquinas que rasgavam as lombadas e aterravam os baixios e brejais” (PEREIRA, 1980, p. 4).

Entre os diversos interesses no desenvolvimento econômico da região estavam tornar a região um polo produtor de alimentos, o abastecimento da siderurgia no quadrilátero ferrífero (com carvão vegetal) e as riquezas minerais da região. O Vale do Rio Doce tinha “as matas ricas em madeira de lei; da terra de fertilidade extraordinária, o subsolo é faustoso em mica, berilo, pedras coradas” (PEREIRA, 1980, p. 10). Em 1936 a siderúrgica Belgo Mineira se instalou na região comprando terras visando produzir carvão vegetal (a partir de então surge a necessidade de abertura da Estrada para escoamento da produção) e em 1942, quando Getúlio Vargas assinou os *Acordos de Washington*, foi criada a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) que tinha como finalidade a exploração de minério na região do quadrilátero ferrífero (GENOVEZ e VILARINO, 2010, p. 119). Sendo assim, “com a última grande guerra açoitando o mundo, nova busca de riquezas minerais do Rio Doce começou. Era a mica, material estratégico de primeira ordem, a grande procurada. O berilo também. Empresas se formaram em vários pontos da região” (PEREIRA, 1980, p. 10).

Foi acordado entre EUA e Brasil, de que toda a mica extraída na cidade seria vendida para os *Aliados*. Em Governador Valadares foram implantadas diversas empresas a fim de explorar e beneficiar a mica, assim como pedras preciosas e madeira (BORGES, 1991, p. 177 e VILARINO, 2008, p 27-28). A partir de então se deu o desenvolvimento acelerado da cidade, em meados dos anos 1930 Figueira tinha uma população de 2.103 mil habitantes, em 30 anos, ou seja, 1960, a população chegou a 70.494 mil habitantes (ESPINDOLA, 1990, p. 153).

A região goza de localização privilegiada, como nos lembra Pereira (1980, p. 11):

Verdadeira boca de funil para quem demanda o mar pelo porto de Vitória vindo do quadrilátero ferrífero. Desfruta também da mesma situação para quem vai em busca da Guanabara ou São Paulo, partindo do Nordeste ou dos Gerais. No sentido leste-oeste estão os trilhos da ‘Vitória a Minas [...]’. No outro sentido, norte-sul, está a Rio-Bahia inteiramente asfaltada e também cortando ao meio toda a região. Ambas se cruzam exatamente em



Governador Valadares que é a metrópole do Rio Doce.

Essa localização levou diversos interesses a convergirem para a região. A partir da década de 1940, com o Programa Rio Doce e Mica, frutos dos Acordos de Washington, foi concluída a rodovia Rio-Bahia o que possibilitou a implantação da pecuária de invernada e com ela chegou algo até então desconhecido no Vale do Rio Doce: o latifúndio (BORGES, 1991, p. 179; ESPINDOLA, 1990, p. 154 e GENOVEZ e VILARINO, 2010, p. 119). “A pecuária põe em prática quase sempre é a pecuária extensiva. Simples pecuária de corte, nem sempre mesmo de criação” (PEREIRA, 1980, p. 12). Em Valadares, até meados de 1930 havia essencialmente pequenas propriedades, 5 a 10 alqueires no máximo, tendo somente uma grande propriedade (SIMAN, 2008). A partir da pecuária de invernada o processo de concentração de terra para criação de gado irá expulsar milhares de posseiros de suas terras (BORGES, 1991, p. 179-182). Pereira (1980, p. 12-17) relata as modalidades de grilagem de terras impetradas na região, que podem ser comprovadas a partir da intertextualização do autor com Borges (1991) e Espindola et. al. (2010), para estes autores as espoliações na região contavam com a conivência de Juizes de Paz, deputados, jagunços e policiais e outros.

140

Segunda parte: A luta pela terra

A segunda parte foi escrita em nove capítulos. No capítulo, *A intimação* (p. 21-27), o autor ainda relata a grilagem perpetrada por Horácio Luz, que no livro ele chama de Paládio Ruiz e os processos de litígios de terras. Desde meados de 1951 o Dr. Caio Monteiro de Barros, entrava com processos de litígio contestando as medições de terras feitas por agrimensores da Secretaria de Agricultura, embora geralmente esses processos dessem ganho de causa aos grileiros, eles retardavam os despejos, pois ao entrar com processo de litígio a secretaria de Agricultura parava o processo de legitimação até a sentença do processo. O mesmo “travou batalhas judiciais notáveis em várias comarcas” (PEREIRA, 1980, P. 15). Muitos desses processos de legitimação ficavam pendentes por anos na Secretaria de Agricultura.

Em 1957 o Secretário de Agricultura, Álvaro Marcílio, foi convocado à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos, sobre denúncias de grilagens de terras na região do Vale Rio Doce. Ele reconheceu que havia 14.000 mil processos pendentes, mas que a Secretaria estava criando uma comissão especial para analisar os



mesmos e que não seria poupado nenhum grande proprietário acusado de grilagem. Entre os nomes citados pelo secretário estava o de Horácio Luz (BORGES, 1991, p. 184-186) um dos maiores grileiros do Vale do Rio Doce com diversos de processos de litígio correndo contra o mesmo e seu irmão Tiago Luz.

A partir dessa nova realidade “começara mais um dos episódios da implacável luta pela terra. De um lado o grileiro, seus jagunços e advogados [...]. Do outro lado desta vez, o posseiro não estava só” (PEREIRA, 1980, p. 27). Os métodos utilizados pelos irmãos Luz (para convencimento dos posseiros a saírem das terras enquanto não saíam às sentenças) eram bastante violentos, o que levou, em 1961, um dos posseiros ameaçado insistentemente de despejo a assassinar Horácio Luz, quando o mesmo iria colocar fogo em sua casa. Pereira narra este assassinato nos capítulos *Hora da verdade* (p. 53-59), *A prisão* (p. 60-65) e *Julgamento* (p. 53-73).

Terceira parte: revolução e contrarrevolução

Esta parte foi escrita em 17 capítulos e tem como foco as formas de negociação e resistência dos trabalhadores rurais da região. A primeira manifestação organizada que houve em Gov. Valadares foi em 1955, com a participação do Sindicato Rural² e Associações de Trabalhadores Rurais da Região. Esta manifestação foi organizada pelo Carlos Olavo, o Dr. Caio Monteiro de Barros juntamente com o Sindicato e Associações (PEREIRA, 1980, p. 78-79). Em 1961 houve a visita de Francisco Julião líder das Ligas Camponesas a Governador Valadares em 1961 após o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais, ocorrido em Belo Horizonte, para falar aos trabalhadores locais (BORGES, 1991, p. 190; CAMISASCA, 2009, p. 154 e PEREIRA, 1980, p. 77-84).

Então, ele apresenta o personagem que será central no seu relato - o Chicão - e fala do surgimento do Sindicato dos Agricultores e Trabalhadores Rurais de Governador Valadares Francisco Raimundo da Paixão, Chicão (PEREIRA, 1980, p. 90-94), nasceu em 1931, no interior do Norte de Minas Gerais, era filho de trabalhador rural e desde menino pegava na enxada junto com os 10 irmãos. Aos 12 anos de idade a família mudou para a cidade de Mantena, onde ele aprendeu o ofício de sapateiro. (EM

2 Em 1953 foi fundado o Sindicato Rural em Governador Valadares por Enedino Alves Machado, este sindicato desapareceu em 1958. (STM, processo 06/69, p. 31-32).



TEMPO, 1979, p. 9). Pereira (1980, p. 91) diz que o Chicão foi o criador do Sindicato, mas, em nossa pesquisa e na bibliografia referente ao tema, apuramos que ele esteve presente nas reuniões do Sindicato desde o início e se tornou Presidente quando “Seu” Raimundo, que era o Presidente, renunciou por discordar da orientação recebida de Padre Lage, presidente da CONSIIR (Comissão Nacional de Sindicalização Rural), para que o sindicato tomasse a Fazenda do Ministério em janeiro de 1964. Chicão assumiu o sindicato e “aí o movimento do Chicão foi crescer. Ele continuou falando com muito peito e muita coragem. O que ele fez não foi brincadeira” (Entrevista do Sr. Raimundo Ferreira de Carvalho *In*: BORGES, 1991, p. 193).

A fazenda do Ministério – da qual o autor fala no capítulo *Plano Piloto de Reforma Agrária* (p. 95-100) -, foi uma colônia agrícola criada pelo Decreto-Lei nº 3.069, de 14 de fevereiro de 1941, do Ministério da Agricultura.

A ideia era que nesse local funcionasse um centro de pesquisa agropecuária e de treinamento para o uso de novas tecnologias. Com o passar do tempo, a chamada Fazenda do Ministério se tornou um local de empréstimo de tratores e outros tipos de maquinário agrícola para os proprietários fundiários da região. (BORGES, 2004, p. 90).

142

Com o Sindicato reivindicando a posse e colonização da Fazenda os proprietários locais se organizaram para conter o avanço comunista na região (PEREIRA, 1980, p. 106-111). Pereira descreve a organização dos proprietários na Associação Rural. Os proprietários constituíram o Coronel Pedro Pereira como líder para defenderem suas terras de *invasões* (DIÁRIO DO RIO DOCE, 06/02/1964, p. 1; BORGES, 1991, p. 199 e CAMISASCA, 2009, p. 157). Eles exigiram alguma ação do governo estadual, que enviou uma comitiva para averiguar as denúncias feitas pelos fazendeiros e criou uma comissão a fim de manter a ordem em Valadares (DIÁRIO DO RIO DOCE, 01/02/1964).

Os proprietários fundiários locais organizados na Associação Rural procuraram as autoridades (PEREIRA, 1980, p. 110 e 111). No dia 31 de janeiro de 1964 chegou a Governador Valadares uma comitiva composta pelo Cel. José Geraldo de Oliveira, Comandante-Geral da Polícia Militar; Capitão Amaral, representante do Comandante do ID-4; Srs. Helvécio Arantes, representante da Secretária de Segurança Pública, e Geraldo Nascimento, representante da Secretária de Trabalho (DIÁRIO DO RIO DOCE, 01/02/1964; BORGES, 1991, p. 197 e PEREIRA, 1980, p. 113), que representava o Secretário Edgar da Mata-Machado. A vistoria feita na Fazenda do



Ministério comprovou as denúncias feitas pelo Sindicato, e pelo jornal *O Combate* (PEREIRA, 1980, p. 120). Os visitantes propuseram uma reunião com representantes de ambos os lados: fazendeiros e sindicato, o que desagradou os proprietários. Eles se sentiram desamparados pelo Estado, pois os “comunistas e sindicalistas” tinham mais apoio que os produtores (BORGES, 1991, p. 198). Ao retornar para Belo Horizonte, no dia 02 de fevereiro, convidaram Chicão a ir com eles para ter uma audiência com o Governador do Estado - Magalhães Pinto (PEREIRA, 1980, p. 125), o que foi o estopim para os proprietários locais repudiarem a visita com notas no jornal local (DIÁRIO DO RIO DOCE, 02/02/1964).

Todos os olhares estavam voltados para o Vale do Rio Doce “enchiam os jornais do país os acontecimentos do Rio Doce. Era inegável que nesta região estava um dos focos de atrito” (PEREIRA, 1980, p. 145). Por conseguinte, “um clima de desânimo alastrava entre os fazendeiros” (PEREIRA, 1980, p. 126). Dois dias após a visita da comitiva representando o governo estadual, no dia 03 de fevereiro de 1964, chegou a Valadares o ministro da Agricultura, Oswaldo Lima Filho, o secretário do governo do Estado, José Aparecido de Oliveira e o secretário do Trabalho, Edgar da Mata-Machado (PEREIRA, 1980, p. 145-151), “além de assessores diversos” (DIÁRIO DO RIO DOCE, 04/02/1964). A comitiva esteve na Fazenda do Ministério a fim de averiguar as condições na qual ela se encontrava, e reuniu-se com o sindicato (PEREIRA, 1980, p. 145). O jornal Diário do Rio Doce (04/02/1964) noticiou que

o contato com os proprietários foi realizado às pressas, não lhes permitindo debater os problemas que estão enfrentando e apresentado a eles uma fórmula já elaborada, sobre a qual não lhes ouviu a opinião tendo respondido às perguntas poucas que lhes dirigiram os ruralistas. Sem maiores conhecimentos técnicos ou vivência da realidade agrária brasileira e especialmente regional.

A visita do ministro rendeu protestos dos proprietários locais e a reunião com o mesmo foi tumultuada. O jornal Diário do Rio Doce (04/02/1964) veiculou uma nota da Câmara Municipal repudiando a visita do mesmo. Segundo o jornal,

contudo, quem tem cartaz com os Governos (Federal e Estadual) é mesmo o Presidente do Sindicato. Saiu desta cidade domingo à tarde e segunda-feira seguinte chegava de volta, acompanhado do Ministro da Agricultura, dos secretariados do governo Estadual e do Trabalho. Pouca gente, mesmo “muito importante” tem conseguido trazer Ministros de Estados a Governador Valadares. (DIÁRIO DO RIO DOCE, 06/02/1964).

Nota-se o tom hostil da matéria, ainda mais, que o Chicão – Presidente do



Sindicato – saiu no *domingo* (02/02/1964) com uma comitiva do Governo Estadual, e retornou na *segunda-feira* (03/02/1964) acompanhado do Ministro da Agricultura, o que irritou muito os proprietários, assim como o ministro dirigiu-se primeiro aos “chefes sindicais” e não à classe produtora (DIÁRIO DO RIO DOCE, 07/02/1964).

Para insuflar ainda mais os ânimos dos proprietários, no dia 04 de fevereiro de 1964, um dia após a visita do ministro, chegou a Valadares o presidente da SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária) João Pinheiro Neto (PEREIRA, 1980, p. 158-163). João Pinheiro Neto foi enviado para averiguar a denúncia de invasão de terras na região. O Diário do Rio Doce (05/02/1964) noticiou a reunião que ocorrera na Associação Comercial e disse que “se observou uma incontida repulsa generalizada à presença do visitante, chegando mesmo o Presidente da Associação Rural Sr. Otávio Abrantes a recusar o convite para assentar ao lado do Sr. João Pinheiro Neto em face de sua ideologia comunista.” Toda a reunião transcorreu em um clima de completa hostilização dos membros da Associação Rural ao Presidente da SUPRA (PEREIRA, 1980, p. 160-161), tanto que ele ao retornar a Belo Horizonte declarou ter sorte por ainda está vivo (CAMISASCA, 2009, p. 160 e DIÁRIO DO RIO DOCE, 05/02/1964).

144

Em sinal de protesto pela visita do Sr. João Pinheiro Neto Superintendente da SUPRA ontem a esta cidade, comerciantes da Avenida Minas Gerais fecharam suas portas durante a tarde enquanto o alto auxiliar do Presidente da República permaneceu em Governador Valadares. A visita do dirigente da SUPRA provocou tumulto na vida da cidade. (DIÁRIO DO RIO DOCE, 05/02/1964).

O jornal também noticiou que assim que João Pinheiro deixou a Associação Comercial os proprietários locais elegeram o Coronel Pedro Pereira dos Santos como líder da classe (DIÁRIO DO RIO DOCE, 05/02/1964).

Após a visita do João Pinheiro Neto os proprietários locais ficaram desiludidos com as autoridades, e concluíram que seria melhor se protegerem por conta própria (PEREIRA, 1980, p. 126-131). Com a supervisão do Coronel Pedro Pereira e do Coronel Altino Machado, e com apoio de autoridades e políticos eles se armaram e veicularam ameaças abertas no jornal local contra as ações do governo federal. Segundo matéria veiculada no Jornal Diário do Rio Doce (05/02/1964) “fazendeiros e demais proprietários rurais organizar-se-ão em grupos de dez homens para opor qualquer resistência contra as invasões das suas terras por parte de terceiros”. A formação de um exército pelos fazendeiros foi algo feito às claras, sendo noticiada pelo jornal Local (DIÁRIO DO RIO DOCE, 07/02/1964 e 08/02/1964). Nesta reunião confirmou-se a



colonização da Fazenda do Ministério e a pretensão de desapropriação das fazendas de propriedade do frigorífico Anglo e da Grã Duquesa de Luxemburgo (CAMISASCA, 2009, p. 160 e PEREIRA, 1980, p. 158).

João Pinheiro Neto recomendou ao Presidente João Goulart a desapropriação das fazendas do Frigorífico Anglo e da Grã Duquesa de Luxemburgo, que se encontravam abandonadas (DIÁRIO DO RIO DOCE, 07/02/1964 e CAMISASCA, 2009, p. 160). A partir de então o clima na cidade *foi de Guerra*, um jornal da capital chegou a noticiar durante carnaval de 1964 que a população estava fugindo da cidade; fato que foi devidamente refutado pelo jornal Diário do Rio Doce (09/02/1964).

Jogando fora todo seu prestígio ao lado de fazendeiros, o Bispo da cidade e grande parte do clero, passaram a fazer pronunciamentos diários, pelos jornais e rádios e nos púlpitos, justificando com argumentos religiosos a campanha da Associação Rural, contra a reforma agrária e os sindicatos rurais. Foi lançado até a 'Campanha Sou Cristão', de feroz anticomunismo, conclamando todos os católicos 'a negar todo seu apoio às organizações extremistas (sic) como o Sindicato dos lavradores, que só tem contribuído para tirar a tranquilidade da família valadarense'. Novenas, terços eram realizados nas principais igrejas 'para esclarecer os fiéis contra a insidiosa campanha da reforma agrária'. Procissões eram convocadas com vasta publicidade, chamando os cristãos a 'defender a família e a liberdade ameaçadas pelo comunismo ateu'. A 'Campanha Sou Cristão' se alastrava por todos os educandários de religiosos, com realização diária de palestras contra 'o comunismo e sua técnica de subversão, que tira proveito do idealismo da juventude e sua inexperiência da vida'. (PEREIRA, 1980, p. 166).

145

Os produtores de Governador Valadares obtiveram apoio de grande parte das Associações Rurais de Minas Gerais e Josaphat Macedo, Presidente da FAREM e membro fundador dos IPES/Novos Inconfidentes de Minas Gerais, assumiu o compromisso de representar a classe produtora na capital (CAMISASCA, 2009, p. 159 e STARLING, 1986, p. 243-265). Eles adquiriram armamento: metralhadoras, fuzis springfield, fuzis garrões e analisaram até a possibilidade de comprarem uma bazuca (BORGES, 1991, p. 199).

Enquanto isso, o Sindicato e o Governo Federal tomavam as providências necessárias para o comício do dia 31 de março de 1964, quando seria assinado o decreto de colonização da Fazenda do Ministério (BORGES, 1991, p. 200 e CAMISASCA, 2009, p. 163). Tropas do Exército seriam enviadas para Governador Valadares a fim de “observar garantias à concentração” (DIÁRIO DO RIO DOCE, 26/03/1964). Em contrapartida, a *Liga Democrática Feminina* organizou, para o mesmo dia, uma “passeata democrática” (DIÁRIO DO RIO DOCE, 26/03/1964).



Magalhães Pinto, Governador do Estado de Minas Gerais, preocupado com as notícias do Vale do Rio Doce, chamou o Diretor do Jornal *O Combate* - Carlos Olavo - para uma reunião em Belo Horizonte. Ele manifestou preocupação com os acontecimentos e deu ordens ao comandante do 6º Batalhão da PM de tomar providências para que não houvesse violência na cidade (FELIPE-SILVA, et. al., 2010 e PEREIRA, 1980, p. 167).

Nos dias que antecederam o dia 31 de março 1964 o clima, na cidade era de confronto aberto entre proprietários rurais, representados pela Associação Rural, e os trabalhadores rurais, representados pelo Sindicato (CAMISASCA, 2009, p. 161). Tentaram assassinar o Presidente do Sindicato, mas erraram a casa e uma senhora de 73 anos, vizinha de Chicão, e um garoto foram atingidos (CAMISASCA, 2009, p. 161).

Chegara a tal ponto a onda de ameaças e rebates falsos, que de parte a parte já não havia mais tranquilidade. Porque também mais de uma vez saíram a toque de caixa as milícias dos fazendeiros diante da notícia de que esta ou aquela fazenda estava sendo invadida e ocupada por bandos armados de camponeses. (PEREIRA, 1980, p. 168).

No dia 30 de março, na iminência de que o *grande comício* de colonização da Fazenda do Ministério iria acontecer, os proprietários decididos a impedi-lo de se concretizar, de qualquer jeito, deram o golpe final.

O grupo de fazendeiros e seus aliados somavam dezenas de homens, que rumou à sede do Sindicato em diversos veículos, alguns sem placas deliberadamente retiradas. Desde as 13 horas que os fazendeiros começaram a formar ajuntamento na Avenida, transformando por completo o movimento da cidade no centro. A partir dessa hora, tornava-se também u'a massa de curiosos nas proximidades do Sindicato. Os boatos correntes eram de que o ataque seria para linchar Chicão, seus homens e também o Jornalista Carlos Olavo (Diretor de "O Combate"). (DIÁRIO DO RIO DOCE, 31/03/1964).

Chicão estava em casa, que também era a sede do Sindicato, acompanhado do um repórter de *O Combate*, e da família. Os fazendeiros e "seus aliados" chegaram lá por voltas das 15 horas e 15 minutos (DIÁRIO DO RIO DOCE, 31/02/1964), e "uma saraivada de balas e duas bombas caíram sobre a casa. A edificação frágil sacudia toda como se fosse desabar" (PEREIRA, 1980, p. 171). Do ataque restaram 4 feridos (Dona Maria Paixão, esposa de Chicão; a garota Elizabeth, com cinco anos de idade, filha de Chicão; Agnaldo Alves, repórter de *O Combate* e um desconhecido que passava pelo local na hora do ataque) e um morto, Pascoal de Souza Lima, que por ironia, era genro do Coronel Pedro Pereira, o líder dos fazendeiros.



Considerações finais

Embora não haja estudo específico sobre os conflitos agrários em Governador Valadares podemos pela análise dos trabalhos sobre conflitos agrários no Estado de Minas Gerais no período pré 1964 e dos jornais que circulavam no estado, considerar que os indícios de conflitos narrados no livro *Nas terras do Rio Sem dono* são relatos verídicos dos acontecimentos locais. Consideramos, no entanto, importante termos o máximo de cuidado com as memórias narradas, pois observamos que o autor narra episódios sem muita cronologia. Outro fator importante de se observar é o uso de ficção mesclado com memória, o que faz necessário um bom corpus documental para contrapormos as informações narradas. O uso desta obra nos possibilita ler os acontecimentos e entendermos as redes relações estabelecidas pelos sujeitos envolvidos nos conflitos, o que nos faz acreditar que o trabalho interdisciplinar literatura/história seja muito produtivo para a compreensão dos acontecimentos.

147

Abstract: In this article we use the literary work of the *River In the Land Without Owner* to test the possibility of interdisciplinary work between History and Literature. We will equip the evidentiary paradigm of Carlo Ginzburg, in order to test the possibilities of this work to the literature by the historian. The work proved to be effective for the reconstruction of the agrarian conflicts in the Vale do Rio Doce. Considered valid interdisciplinary work between the two areas, as well as evidential method proved to be a successful instrument for the same.

Keywords: History and Literature, interdisciplinarity, evidentiary paradigm, rural work's union.

REFERÊNCIAS:

Entrevista:

Carlos Olavo. Entrevistado dia 14 de dezembro de 2012 em Belo Horizonte.

Fontes:

STM, processo 06/69.

Jornais:

DIÁRIO do Rio Doce. Governador Valadares, 1964 e 1980.

TRIBUNA Fiel. Governador Valadares, 1961-1962.

EM TEMPO. Nacional, 1979.



FOLHA de São Paulo. São Paulo, 1980.
JORNAL da Casa. Belo Horizonte, 1980.
ESTADO de Minas, Belo Horizonte, 1980 e ?

Bibliografia:

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopias: Movimentos Sociais Rurais em Minas Gerais (1950 - 1964)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Sociologia) FAFICH, 1988. (mimeo).

_____. A recriação de uma fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, 1991 (173-201).

_____. Reforma Agrária e identidade camponesa. In: *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, SÁ MOTTA, Rodrigo Patto, (orgs). Pag 81 - 99. Bauru: Edusc, 2004 (81-100)

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CAPRARO, André Mendes. História e Literatura: proximidades na fronteira. Texto apresentado no 1º seminário da linha INTERSUB, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, em 20 de abril de 2011. In: <http://xa.yimg.com/kq/groups/25162162/1982335003/name/UNKNOWN_PARAMETER_VALUE>. Acessado em: 25 de junho de 2011 às 20h11min.

CORONEL, Luciana Paiva. Literatura como fonte: a interpretação do Brasil contida na literatura de periferia dos anos 90. In: *vestígios do passado: a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História - Associação Nacional de História*. Seção Rio Grande do Sul - ANPUH/RS, 2008. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209340252_ARQUIVO_Textanpu2008b.pdf>. Acessado em: 27 de junho de 2011 as 09h43min.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. A obra literária como fonte para a pesquisa histórica: uma análise entre o real e o ficcional acerca da representação do candomblé no romance jubiabá, de Jorge Amado. In: *X SEL - Seminário de Estudos Literários*. UNESP - Campus Assis, 2010. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/posgraduacao/letras/mis/sel/anais2010/leonardodallacqua.pdf>>. Acessado em: 27 de junho de 2011 às 20h34min.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. A história de uma formação socio-econômica urbana: Governador Valadares. In: *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº 19, novembro de 1998, (148-163).

ESPINDOLA, Haruf Salmen, et. al. Apropriação de terras devolutas e organização



territorial no Vale do Rio Doce: 1891-1960. In: ABREU, Jean Luiz Neves e ESPINDOLA, Haruf Salmen (Orgs.). *Território, Sociedade e Modernização: Abordagens Interdisciplinares*. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.

FELIPE-SILVA, Fernanda de Melo, et. al. Memórias da disputa pela terra em Governador Valadares sob os olhares de três atores distintos: pai, mãe e filha. In: *X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política*. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 26 a 30 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410641_ARQ_UIVO_MemoriasdadisputapelaterraemGovernadorValadaressobosolharesdetresatoresdistintospaimaeefilha-PorFernandadeMeloFelipedaSilva.pdf>. Acessado em: 26 de junho de 2011 às 12h42min.

GENOVEZ, Patrícia Falco e VILARINO, Maria Terezinha Bretas. Entre práticas sanitárias e saberes tradicionais: a territorialização do saneamento no Médio Rio Doce. In: ABREU, Jean Luiz Neves e ESPINDOLA, Haruf Salmen (Orgs.). *Território, Sociedade e Modernização: Abordagens Interdisciplinares*. Governador Valadares: ed. Univale, 2010.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Representações em conflito: a construção literária dos fronteiriços nos EUA e no Rio da Prata durante o século dezenove. In: *X Encontro Estadual de História - O Brasil no Sul: cruzando a fronteiras entre o regional e o nacional*. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Santa Maria/RS, 26 a 30 de julho de 2010.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?. In: *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2007, n.77, pp. 185-203. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a09n77.pdf>>, acessado em 03 de novembro de 2012 às 23h58min.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. *Nas Terras do Rio sem Dono*. 1º Edição. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma velha-nova história*. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Consultado el 26 juin 2011.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa: o tempo narrado*. Volume 3. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SANTOS, Josimari Viturino. A literatura como fonte para a história: breves considerações. In: *Seminário de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas*.



Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, 05 a 07 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.pos.ufs.br/antropologia/seciri/down/GT_05/Josimari_Viturino_Santos.pdf>. Acessado em: 26 de junho de 2011 as 00h24min.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Memória sobre a História de uma cidade: a história como labirinto. In: *Educação em Revista. Dossiê Práticas de Memória e Ensino de História*. Nº 47, Belo Horizonte, junho de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982008000100007&script=sci_arttext> Acessado em: 27 de junho de 2011 as 23h.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce: 1942-1960*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

Texto recebido para análise em junho de 2012
Aprovado em fevereiro de 2013